

Quando idéias boas têm motivos muito pessoais

LUIZ CARLOS LISBOA

O presidente José Sarney alega que se poderia chamar de argumentos certos na defesa da aprovação do presidencialismo no Brasil, mas seu desempenho à frente do Executivo, bem como as circunstâncias que o cercam, têm laborado diligentemente no sentido da aprovação do sistema parlamentarista de governo no País. Segundo ele, a pobreza dos estados, as dimensões do território, a ausência de máquina administrativa selecionada pelo mérito e a inexistência de partidos políticos consolidados, levam a desaconselhar, ao menos no momento, a adoção de um regime de gabinete. O presidente não mencionou o despreparo da classe política que nos governa e que faz da coisa pública uma escada no seu desatinado social climbing. "Algum dia a democracia brasileira terá condições de ter um sistema parlamentarista", diz o presidente da República. Um opositorista lúcido e sereno — que eles existem, ainda — poderia perguntar se isso ocorreria após o término do atual mandato presidencial, et pour cause.

Não é apenas a Comissão de Sistematização da Constituinte que pode decidir a questão (e acabou decidindo), apotada depois pelo plenário da Assembléia Nacional. E também a maioria da classe política, são os governadores, é a opinião pública e toda sua força de pressão e poder decisório, os que estão sendo levados a acreditar na necessidade urgente de mudança no País, com a renovação da mentalidade político-administrativa e o encerramento da longa crise que imobiliza a Nação e transformou quase todos os brasileiros em amargos pessimistas. O presidente dispõe de um único trunfo, por enquanto pouco vistoso: os homens públicos "decisivos", no governo e na oposição, têm convicções presidencialistas, o que faz deles inimigos declarados ou ocultos do parlamentarismo. É o caso do ministro Aureliano Chaves, do deputado, presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e da maioria dos governadores — todos candidatos sonhados e potenciais ao cargo de supremo mandatário do País.

Uma vez mais e ao longo de quase um século de história republicana, temos a exacerbação do ego como o imenso e principal drive da vida política brasileira. E a esse gênero de coisas que continuamos entregues, seja porque não se conhece por aqui nada parecido com a verdadeira vocação política, seja porque vivemos uma "época de sobreviventes" em que cada um cuida do que é seu e mantém as aparências quanto ao resto. Entre nós, política é carreira, uma sucessão de cargos progressivamente mais importantes que alguém vai conquistando em benefício próprio e de sua família pessoal ou política. A esperteza, nesse plano, é mais categorizada do que no mundo dos pequenos negócios mais ou menos lícitos em que os sages dão-se bem e marcam pontos, mas no fundo a qualidade dos meios

e fins é a mesma. Nesse campo tudo é "normal", isto é, aceitável por ter sido sempre assim e porque "não somos anjos". Desse modo, se um homem público tem uma opinião sobre determinada idéia, ela terá sido fatalmente determinada pelas vantagens pessoais, imediatas ou remotas, que os desdobramentos dessa idéia tiverem. A aprovação do sistema parlamentarista na Comissão de Sistematização da Constituinte, por 57 votos a 36, pode ser uma reação a esse estado de coisas, embora talvez não interesse ao País.

O sistema parlamentarista de governo não interessa ao presidente da República; no momento, porque vai reduzir seus poderes e fará como que ele passe à História como alguém desaprovado pelos constituintes e pela Nação. O mesmo sistema desagrade ao ministro Aureliano Chaves porque S. Era. é candidato fatal do PFL (embora sem muita probabilidade de vitória) nas próximas eleições presidenciais e por nada no mundo ele gostaria de se ver transformado em figura decorativa do regime. O parlamentarismo não agrada ao multipresidente Ulysses Guimarães pelas mesmas razões e assim com todos os governadores presidenciais, que são maioria absoluta.

Não está excluída, com certeza, a possibilidade da existência de convicções sinceras em alguns desses homens públicos, mas quem pode aferir a verdade num meio dominado pela ambição pessoal? O que é pior: quem está preocupado em separar os bons dos regulares, quando é preciso urgentemente identificar, neste instante, os que devem ser afastados porque podem conduzir o País a uma crise sem retorno ou o desenvolvimento a um "ponto morto" de conseqüências fatais?

O povo e as pessoas de bem em geral, já não se podem dar ao luxo de ser meticolosas e investigativas a respeito das intenções de seus governantes. A hora é de ver resultados, de olhar no rosto dos políticos e de aferir a vontade popular, ludibriada pelo Plano Cruzado nas eleições do final do ano passado. O voto distrital, a eleição em dois turnos para presidente e governadores (ambas diretas) e a liberalização da futura Carta constitucional de modo a permitir a criação de uma verdadeira economia de mercado no Brasil, parecem algumas das exigências básicas do homem comum brasileiro, neste instante. O resto é ainda a velha enganação político-clientelista que está aí representada por tantos senhores solenes que encenam o desinteresse pessoal e a paixão da coisa pública, mas que fizeram da política e da administração um jogo de sucesso e fracasso, espécie de "jogo da glória" de dimensão continental, em que nós todos, homens comuns, somos pequenos peões e reles massa de manobra. A revolta contra isso, sadia e necessária, é manifestada pelo voto e pela livre expressão do pensamento, quando nos concedem o primeiro, sem dilatações de mandatos, e não nos limitam o segundo em nome dos interesses nacionais.